



# Anais da Assembléia

Nº 170

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado DUÍLIO GENARI  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA  
BPI ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 09: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 07: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** – 08: Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** – 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** – 02: Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** – 06: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 120.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Preferência de Discussão e Votação aos Projetos de Lei nºs: 669/93, Mens. 086/93; 670/93, Mens. 080/93; 589/93, Mens. 068/93; 683/93, Mens. 091/93; 668/93, Mens. 088/93;

Curitiba, quarta, em 01.12.93

673/93, Mens. 082/93; 674/93, Mens. 083/93; 682/93, Mens. 090/93; 695/93, Mens. 093/93; 696/93, Mens. 095/93; 697/93, Mens. 096/93; 698/93, Mens. 097/93; itens nºs: 10, 11, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32, constantes na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 4780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER após ouvido o Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Lei nº 669/93, constante do item 10 da Ordem do Dia de hoje, autoria do Poder Executivo, Mensagem 086/93, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de cruzeiros reais).

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 4653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei nº 640/93, Mensagem nº 074/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre refinanciamento da dívida do Estado, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 29/11/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 4672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei nº 493/93, Mensagem nº 053/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre Crédito Suplementar para FERROESTE, FINEP e SIMEPAR, na Ordem do Dia de quinta-feira, dia 02/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 4673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei nº 001/93, Mensagem nº 008/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre transferência do IAP para SANEPAR, na Ordem do Dia de 3.<sup>a</sup> feira, dia 30/11/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 4676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 673/93, Mensagem n° 082/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre Crédito Suplementar à Secretaria de Estado da Administração, na Ordem do Dia de terça-feira, dia 30/11/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 4677

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 589/93, Mensagem n° 068/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre Crédito Suplementar ao DECOM, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 4678

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 639/93, Mensagem n° 073/93, de autoria do Poder Executivo que exige o 2° grau completo ou equivalente para o ingresso na carreira de Policiais Cíveis e Militares, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 4679

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 655/93, Mensagem n° 076/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a venda das ações da COPEL, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 4685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 682/93, Mensagem n° 090/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre Crédito Suplementar para a Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 4681

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 667/93, Mensagem n° 081/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre multas aplicadas pelo DER/Pr, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 4682

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 668/93, Mensagem n° 088/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre Crédito Suplementar para a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão e da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 4684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 674/93, Mensagem n° 083/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre Crédito Suplementar para a Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e da Faculdade de Artes do Paraná, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 4686

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 683/93, Mensagem n° 091/93, de autoria do Poder Executivo que

dispõe sobre Crédito Suplementar para o Ministério Público, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4687

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 684/93, Mensagem n° 092/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a doação de edificação em alvenaria do DER à FESTUR, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4688

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 695/93, Mensagem n° 093/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre Crédito Suplementar do DIOE, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 696/93, Mensagem n° 095/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre Crédito Suplementar para a Secretaria de Estado da Fazenda, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 697/93, Mensagem n° 096/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre Crédito Suplementar para a Universidade Estadual de Maringá e da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

Curitiba, quarta, em 01.12.93

REQUERIMENTO N° 4691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 698/93, Mensagem n° 097/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre Crédito Suplementar para a Secretaria de Estado dos Transportes, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4692

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 699/93, Mensagem n° 098/93, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a reversão de patrimônio doado ao DER, na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 06/12/93, por estar com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4769

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4781

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, em conformidade com as decisões tomadas em reunião realizada pela Bancada Estadual deste Partido, ocorrida no final do mês de março passado, nas dependências da Liderança do PFL, comunicam a assunção do Deputado Nelson Garcia para assumir a Liderança do Partido nesta Casa Legislativa, a partir de 01 de dezembro do corrente.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 4750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con-

signado na Ata dos Trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Nair Weinhardt de Medeiros, ocorrido nesta Capital, no dia 30 passado.

Da decisão da Casa, pede seja dada ciência à família enlutada na pessoa do Doutor Rafael Iatauro, DD. Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO N° 4777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício de congratulações à Gazeta do Povo e à TV Paranaense - Canal 12, na pessoa de seu Diretor proprietário, Dr. Francisco Cunha Pereira, pelo inestimável apoio prestado para a implantação em nosso Estado do Projeto "Celeiro da Cidadania", através da L.B.A. e que visa o atendimento de crianças de 0 a 6 anos. As creches passam a ser importantes instrumentos na transformação social que o momento exige.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

#### JUSTIFICATIVA:

O Projeto "Celeiro da Cidadania", implantado em nosso estado no último dia 29 de novembro teve como um de seus sustentáculos a campanha desenvolvida pelo vespertino Gazeta do Povo e pela TV Paranaense - Canal 12, empresas estas sempre à frente no apoio de projetos, que visem o desenvolvimento sócio-econômico paranaense e do bem-estar de sua gente.

Por isso não nos surpreendemos quando, por iniciativa de seu Diretor proprietário, Sr. Francisco Cunha Pereira, emprestou uma vez mais, seu apoio para o projeto que visa o atendimento de crianças de 0 a 6 anos em creches, a fim de que possam ser amparadas e protegidas em ambiente apropriado ao seu desenvolvimento integral.

#### REQUERIMENTO N° 4778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício às lideranças partidárias com assento no Congresso Nacional, sugerindo a rejeição de qualquer Emenda Constitucional, que reduza o repasse de verbas federais aos Estados e Municípios.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

#### JUSTIFICATIVA:

Existe hoje, no âmbito do Ministério da Economia em Brasília, ações visando introduzir na reforma constitucional, emenda, propondo a redução do repasse de ver-

bas federais aos Estados e Municípios.

Se concretizada essa idéia, ocorrerá sem dúvida o maior calote da história sobre a economia dos nossos já combalidos e agonizantes municípios, que uma vez mais deverão pagar a conta da incompetência do Governo Federal em gerir seus recursos.

Numa economia com uma inflação beirando a casa dos 40%, medidas como essa contribuirão decisivamente para o empobrecimento dos Estados e Municípios, principalmente esses, que são as células mães, na composição do Estado brasileiro.

Inviabilizando administrações que hoje se vêem obrigadas a arcar com os custos sociais no atendimento aos seus cidadãos, não dispondo de recursos necessários para a implantação de programas visando a fixação do homem no campo para desenvolverem sua verdadeira vocação.

#### REQUERIMENTO N° 4779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício de congratulações ao Senhor Antenor Ribeiro Bonfim, Superintendente Regional da L.B.A. no Paraná, pela implantação, em nosso Estado, do Projeto "Celeiro da Cidadania" para atendimento de crianças de "0 a 6 anos".

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

#### JUSTIFICATIVA:

O Projeto "Celeiro da Cidadania" será desencadeado utilizando-se o instrumento "creche" como meio facilitador de ações junto à criança, à família e à comunidade. Nessa perspectiva a "creche" passa a ser um importante pólo irradiador da transformação social que o momento exige.

Ao lançar o Projeto, a L.B.A./Paraná pretende ampliar a parceria entre governo e comunidade, não só no combate à mortalidade infantil, mas, principalmente, na criação de condições para que a criança carente de nosso Estado, de 0 a 6 anos, tenha acesso à creche, a fim de ser protegida e amparada, através de nutrição adequada e ambiente apropriado ao seu desenvolvimento integral.

#### REQUERIMENTO N° 4782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja oficiada a solicitação de informações ao 1° Tenente João Vieira sobre o episódio que envolveu policiais de Jacarezinho, na perseguição ao menor R.C.L. no último dia 08.09.93, bem como acerca de algumas de suas declarações publicadas no Jornal Semanal "Sem Fronteiras New" n° 26 (período

de 12 a 19 de novembro de 1993), que foram insuficientes para esclarecer a opinião pública.

Pede-se ainda os seguintes esclarecimentos:

- Houve espancamento quando da ação dos policiais contra o menor R.C.L.?
- O tenente confirma a notícia contida neste periódico, de que a polícia, sob sua orientação deve mesmo agir com violência perante adolescentes?
- Quais os desdobramentos pertinentes ao caso?
- Há instauração de inquérito contra a polícia?

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O que se pretende, é esclarecer definitivamente à opinião pública os desdobramentos do caso e ainda, mostrar à população como é a atuação da polícia, uma vez que o povo paga seus tributos e em troca merece tomar conhecimento da ação policial no desempenho de suas atividades.

REQUERIMENTO N° 4751

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Maria Helena.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4752

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 500 (quinhentos) módulos sanitários no Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4753

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sa-

Curitiba, quarta, em 01.12.93

nitários no Município de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4754

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Tapira.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4755

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Tapejara.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4756

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Nova Olímpia.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4757

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Ivaté.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4758

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4759

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4760

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4761

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Vitorino.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4764

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4765

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Wenceslau Braz.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4766

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4767

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Pinhalão.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4768

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no Município de Jaboti.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4770

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Nizan Pereira Almeida,

Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados à reforma e ampliação do Centro de Saúde Dr. Bonifácio Domingues no Município de Rebouças.

A presente solicitação visa melhorar o espaço físico do Centro de Saúde, que se encontra deficitário, dificultando o atendimento médico ideal, à população carente do município.

Que esta Secretaria de Estado avalie e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 4771

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, Secretário de Estado de Educação, solicitando a construção da Escola Adolfo Pereira Andrade, na localidade de Bugiu, no Município de Rebouças.

A presente solicitação visa oferecer um espaço físico adequado aos alunos residentes na localidade de Bugiu, pois o prédio da escola existente, não possui condições de funcionamento por encontrar-se em estado precário.

Que esta Secretaria de Estado avalie e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 4772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expedientes ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Segurança Pública, e ao Ilustríssimo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, pedindo as necessárias providências, com relação ao comentário de autoria do Professor Guilherme Lindroth, publicado no Jornal Gazeta do Povo, do dia 29 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

A questão da falta de policiamento em Matinhos/Caiobá, fora da temporada é uma realidade. O Governo Estadual não apercebeu-se que os Balneários do Paraná (tódos) cresceram e aumentaram suas populações fixas. Em momento oportuno, e com um fato real, o Professor Guilherme Lindroth, fez um comentário publicado no Jornal Gazeta

do Povo, do dia 29 de outubro de 1993, intitulado: "Banhistas, Armai-vos", com um texto limpo e que demonstra uma realidade daquela praia e das demais do Paraná.

Diante disso tudo, solicitamos que sejam enviados expedientes ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e ao Ilustríssimo Senhor Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, mui Digno Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, encaminhando o comentário publicado no dia 29 de outubro, no Jornal Gazeta do Povo, de autoria do Professor Guilherme Lindroth e pedindo providências a respeito do assunto questionado.

#### REQUERIMENTO N° 4773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Rogério Walbach Tizzot, Mui Digno Diretor Geral do DER/PR, solicitando a colocação das Placas na Rodovia PR-412, denominada de "Máximo Jamur".

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo um projeto de nossa autoria, o Governador Roberto Requião de Mello e Silva, sancionou a Lei n° 9865/91. A iniciativa é homenagear uma pessoa que muito contribuiu com o desenvolvimento do Balneário de Guaratuba. O tempo passou e a Rodovia PR-412, denominada de "Máximo Jamur", ainda não recebeu nenhuma placa indicativa.

Assim sendo, solicitamos que seja enviado um expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Rogério Walbach Tizzot, Mui Digno Diretor Geral do DER/PR, no sentido que o mesmo determine ao setor competente, a colocação de placas com o nome de "Máximo Jamur", na Rodovia PR-412, entre Guaratuba e Garuva.

#### REQUERIMENTO N° 4774

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Professor Loureiro Fernandes, esquina com a Rua Professora Júlia do Amaral Dilena, localizadas no bairro de Santa Cândida, quanto a um valetão a céu aberto lá existente.

Ocorre que existe um conjunto com cinco casas e o esgoto das mesmas é despejado nesse valetão, causando um mau cheiro in-



suportável, a proliferação de insetos e ratos é assustadora, e como consequência disso, os moradores estão passando por sérios problemas e o perigo de contração de doenças é muito grande. Há tanto rato no local que as crianças não podem nem sair de suas casas para brincar, pois podem ser mordidas pelos mesmos.

Pedem urgência no atendimento, para que a situação crítica pela qual todos os moradores do local estão passando, não se agrave ainda mais.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Luiz Amaral, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, sugerindo que essa entidade através de seus filiados, envie às Lideranças Partidárias com assento no Congresso Nacional, ofício manifestando-se contrário às medidas que estão sendo articuladas, visando a introdução de Emenda Constitucional propondo a redução de repasses de verbas federais aos Estados e Municípios.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

#### JUSTIFICATIVA:

Só a união de esforços dos municípios, que serão a parte mais atingida com essa medida que visa reduzir o repasse das verbas federais aos Estados e municípios, os poderes constituídos e as entidades representativas, poderão fazer ouvir sua voz contra mais essa medida, de arrocho aos orçamentos estaduais e municipais, que se não houver manifestações contrárias, certamente serão implantados na reforma constitucional com o aval dos Ministérios da área econômica do Governo Federal, em detrimento dos municípios, que verão diminuir cada vez mais as suas já debilitadas fontes de recursos para a sua manutenção básica.

#### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 027/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito para a criação do Município de Porto Novo, desmembrado do Município de Adrianópolis.

Art. 2° - O novo município terá os seguintes limites e confrontações:

a) Com o Estado de São Paulo: começa na foz do Rio Caraga Grande, no Rio Ribeira; desce por este até a foz do Rio Pardo,

do qual sobe até a foz do Rio Uberaba;

b) Com o Município de Tunas do Paraná: começa no Rio Pardo, na foz do Rio Uberaba, sobe por este até a foz do Rio São Miguel, e este até a sua cabeceira mais alta, donde, em linha reta, por uma linha seca no sentido Leste-Oeste, alcança o Ribeirão Forquilha; subindo por este até a foz do Ribeirão do Pinhal; donde em linha, também por uma linha seca no sentido Nordeste-Sudoeste, alcança o Rio São Sebastião, na foz do Ribeirão Tingüi, sobe por este até a foz do Ribeirão das Pedras e este até sua cabeceira, onde em linha reta, ainda por linha seca no sentido Leste-Oeste encontra a estrada Varginha - Tunas, no ramal que margeia o Ribeirão da Serra.

c) Com o distrito da sede do Município de Adrianópolis: começa no encontro da linha seca que parte da cabeceira do Ribeirão das Pedras, no sentido Leste-Oeste, com a estrada Varginha-Tunas no ramal qual margeia o Ribeirão da Serra; sobe por esta até encontrar o entroncamento com a estrada Barra Linda-Tunas; segue por esta até encontrar com a estrada Varginha-Limoeiro; por esta até alcançar o Rio Limoeiro; desce pelo mesmo até a sua foz no Rio São Sebastião, descendo por este até alcançar a foz do Arroio dos Mendes; sobe por este até sua cabeceira, onde em linha reta, por uma linha seca no sentido Leste-Oeste, alcança a cabeceira do Rio Caraga; desce por esta até a foz do Rio Caraga Grande, descendo por este até a sua foz no Rio Ribeira.

Art. 3° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora submetemos à apreciação desta augusta Assembléia Legislativa objetiva criar uma nova unidade municipal no território de Estado do Paraná, a comunidade de Porto Novo, desmembrada do Município de Adrianópolis no Vale do Ribeira.

Embora exista uma compreensível restrição à multiplicação de novas municipalidades, o caso de Porto Novo é especial: trata-se de densamento de unidades autônomas, no Vale do Ribeira paranaense, região que luta para resgatar sua integração ao conjunto dinâmico do núcleo do Paraná; além do que é uma área de grande extensão territorial e reduzido número de municípios, a refletir desajustes históricos que com esta iniciativa estamos nos esforçando por corrigir.

São 7 mil habitantes e cerca de 1830 eleitores, distribuídos numa área superior

a 800 Km<sup>2</sup>, ocupando 22 bairros ou povoados que mantêm forte vinculação entre si, uma vez que são servidos por rede viária própria de 250km; possuem economia diferenciada e encontram meios para prover a sua autonomia.

As riquezas naturais do novo município se distribuem entre a atividade mineradora, com jazidas de chumbo, prata e outros produtos, como calcário e fluorita, além de outras explorações econômicas no setor de reflorestamento e utilização de madeira, agropecuária, etc.

A região possui ainda uma área de reserva para flora e fauna, com o nome de Parque Estadual das Lauráceas, situada nos limites com Estado de São Paulo.

O novo Município de Porto Novo conta com um núcleo habitacional expressivo, dispondo apenas em sua sede de 1.200 casas de moradias, além de 20 imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal, sede de sindicato de trabalhadores rurais, 3 (três) postos de Saúde, escola completa de primeiro grau; e outros estabelecimentos de serviço ao público, como postos de serviços telefônicos.

Os bairros contidos dentro do território do novo município são os de Estreito, Mendes, Barra dos Mendes, Varginha, Limoeiro, Bananal, Tatupeva, Mato Preto, João Surá, Caratuval, Larguinho, Pimenta, Três Canais, Barra Bonita, Ribeirão do Franco, Pedra Branca e Córrego Comprido.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 709/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Comunidade Felisberto", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.93

(a) SEVERINO FÉLIX

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 24 de agosto de 1991, com sede e foro no Município de Curitiba, criada, com a finalidade de dar atendimento à população carente, bem como distribuição de remédios, cadeiras de rodas. Fazem palestra sobre saneamento básico, higiene, cólera, Aids, planejamento familiar, alimentação e acompanhamento a gestantes.

Suas finalidades e atribuições encontram-se claramente definidas no seu estatuto e, enquadradas nos dispositivos exigidos pela Lei para sua decretação como de Utilidade Pública Estadual.

Curitiba, quarta, em 01.12.93

PROJETO DE LEI N° 710/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Serviço de Assistência Social Betesda, com sede e foro na cidade de Antonina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.93

(a) JOÃO IENSEN

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação do Presidente da instituição, Pastor Iolando Maciel, cuja postura administrativa, tem demonstrado sua competência e seriedade à frente da presidência da Entidade, endossando portanto, o pedido de declaração de Utilidade Pública Estadual, do Serviço de Assistência Social Betesda. Encaminha-se então, o respectivo projeto de lei.

A citada entidade vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, contribuindo desta forma, para a melhoria da qualidade de vida da população atendida.

Face as características e postura, requer-se então a declaração de Utilidade Pública para a Instituição em epígrafe em vez que a mesma encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública da Instituições sem fins lucrativos e tendo em vista a documentação apresentada, anexo.

PROJETO DE LEI N° 711/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - O Estado do Paraná obriga-se, por intermédio da companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL, a vincular às emissoras de rádio e televisão, filiadas à Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP, tanta matéria e anúncios (avisos, comunicados, etc.) bem assim publicidade institucional, quando for o volume em moeda corrente do consumo de energia elétrica de cada emissora de rádio e/ou televisão aqui enfocadas.

Art. 2° - A veiculação de mensagens de utilidade pública e publicidade institucional, de interesse unicamente da COPEL, será a forma de remuneração das emissoras de rádio e televisão, filiadas à AERP, pelo total do consumo de energia elétrica fornecida pela COPEL.

Art. 3° - A opção da COPEL, a utili-

zação diária poderá ser redistribuída para outros dias, desde que comunicada à emissora envolvida, com antecedência mínima de sete (7) dias e não ultrapassando de (10) inserções diárias de trinta (30) segundos cada uma.

Art. 4º - Da mesma maneira, fica a opção da COPEL transformar as inserções diárias em programa semanal da mesma equivalência de tempo, a ser transmitido aos sábados, com duração máxima de cinco (5) minutos. Nesse caso, a COPEL comunica sua decisão à emissora envolvida, com antecedência mínima de sete (7) dias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.93

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, sociedade de economia mista integrante do complexo gerador de serviços do Estado do Paraná, possui há muito convênio com a Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná AERP, entidade protetora dos interesses das emissoras de radiodifusão do Estado do Paraná;

Considerando-se que o pré-falado convênio vem sendo anualmente renovado, estendendo-se desde longa data e com a interveniência direta do Estado do Paraná, no que é representado sua Excelência, o Governador;

Considerando-se que o referido convênio traz benefícios incontáveis aos seus signatários e, por extensão à comunidade paranaense;

Considerando-se, finalmente, que o teor do já mencionado convênio é transformar em matéria publicitária de interesse da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ao preço equivalente à parcela do consumo de energia elétrica utilizada e consumida pelas respectivas emissoras que integram a Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo oradores no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. No Horário destinado ao PT, concedemos a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados; hoje, dia 1º de dezembro, definido pela Organização Mundial da Saúde como o Dia Mundial de Luta Contra a AIDS. E a Organização Mundial propõe o tema Tempo de Agir, para que toda a sociedade, junto com os poderes estabelecidos, enfrentem esta pandemia. Já há uma definição de que esta doença se tornou

uma pandemia, deixando de ser uma epidemia localizada e sim uma doença que aumente a população do mundo todo.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, cada dia que passa, cinco mil pessoas são infectadas pelo vírus HIV no mundo. Desde o início desta pandemia, o HIV infectou 14 milhões de homens, mulheres e crianças. Destes 14 milhões, mais de 2,5 milhões já desenvolveram a doença.

A Organização Mundial da Saúde estima que estas cifras multiplicar-se-ão até o ano 2000, ou seja, no ano 2000 teremos múltiplas vezes os atuais 2,5 milhões de pessoas que já desenvolveram a doença. Teremos múltiplas vezes os 14 milhões de infectados que hoje nós temos. A própria Organização Mundial da Saúde estima que os custos diretos da Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida custa ao setor de saúde 5 milhões de dólares/ano para o mundo todo. Se nós analisarmos não só o custo direto para o setor saúde, mas analisarmos os custos indiretos devido à perda de produtividade, uma vez que boa parte desta população que adquira esta doença é uma população jovem, em idade produtiva, calcula-se 10 vezes superior, ou seja, 50 milhões de dólares/ano são perdidos no mundo em razão da AIDS, da Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida.

A Organização Mundial da Saúde diz o seguinte: "Portanto, está na hora dos governos, comunidades e indivíduos transpor a recusa e a complacência, hora de atender a um déficit crescente de recursos, hora de reduzir a vulnerabilidade da mulher à infecção do HIV, hora de dar aos jovens conhecimento e meios para que se protejam da infecção, hora de implantar programas enérgicos de prevenção e educação nos ambientes de trabalho, hora dos líderes empresariais darem apoio às atividades mais amplas contra a AIDS, conduzi-las junto às comunidades, hora de assegurar atendimento humano a todas as pessoas portadoras do HIV e da AIDS e não somente aquelas dos países desenvolvidos". Isto diz a Organização Mundial de Saúde.

Digo: é hora de resgatar também o direito de cidadania que todo o portador do vírus HIV geralmente perde quando comunica os seus parentes e amigos que está contaminado. É hora dos nossos governantes mostrarem para a sociedade e para a população que o vírus HIV não transmite como se imagina via-respiratória; somente se transmite quando há contato de sangue, ou de secreção com sangue, ou sangue com sangue; somente há transmissão por seringas contaminadas, por transfusão de sangue, com a relação sexual caso haja lesão da mucosa do homem ou da mulher, e pelo feto via-placenta. Fora isto não há porque jogar nos guetos os doentes, os portadores do

HIV e os doentes de AIDS.

No Brasil o número acumulado de casos notificados nos últimos 11 anos é de quarenta e duas mil pessoas aproximadamente. De acordo com o Ministério da Saúde nós hoje somos o quarto País em incidência da doença no mundo.

É necessário desmistificar a questão da transmissão do HIV. Nós sabemos, e a Organização Mundial da Saúde define isso, que está na hora de reduzir a vulnerabilidade da mulher à infecção do HIV, porque há na mente da sociedade machista que o principal transmissor da doença é a mulher, e o homem tem a potencialidade de transmitir a doença cerca de sete vezes mais do que a mulher transmite ao homem. Portanto, é hora de dar todos os esclarecimentos à sociedade para que possamos reduzir a pandemia mundial de AIDS, e hoje é o dia mundial desta luta.

O Sr. Domingos Carvalho - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Rosinha, inicialmente eu quero parabenizar Vossa Excelência pela excelente idéia de nesse dia que é dedicado ao aids, a AIDS, pela Organização Mundial da Saúde. E queria acrescentar ao seu excelente relato que realmente, apesar de todos os meios de prevenção, a AIDS continua crescendo, principalmente no Brasil; e que o grande problema, que Vossa Excelência inclusive chegou a relatar, que vem a ser a discriminação do aids, ou até do portador do vírus da AIDS. Esse é o maior problema que a saúde, os meios de saúde que combatem a AIDS vão enfrentar. Vossa Excelência sabe muito bem que o hospital que tiver alguma enfermagem de AIDS, esse próprio hospital será discriminado pela população. Então, é muito importante que os meios de comunicação, os meios que vão orientar a população sobre a AIDS, que os riscos de contaminação pela AIDS desde que seja obedecido as regras praticamente é muito difícil que uma pessoa venha adquirir AIDS entrando em contato, conversando normalmente com o doente aids. Então, eu acho que esse é um dos fatores mais importantes, o ato de discriminação do aids. E no mais eu acho que o importante desta data de hoje é que a população, ela tome conhecimento que a AIDS é uma realidade; e que esse dia, que não seja somente hoje que a AIDS esteja no pensamento de todos, que ela fique 365 dias do ano ela continue, não somente na cabeça das autoridades envolvidas com essa doença tão importante do final do século XX, e que esperamos que no início do próximo século então esse problema seja resolvido, talvez com a vacina que já está em estudos avançados. No mais muito obrigado pelo aparte.

Curitiba, quarta, em 01.12.93

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência. Foi um complemento a nossa exposição, complemento necessário.

Para encerrar, eu chamo a atenção dos Senhores Deputados que hoje, no mundo todo, nós debatemos a AIDS, a questão da AIDS, e no Brasil, nos últimos onze anos, nós não chegamos, digo, chegamos perto de 50 mil casos notificados e provavelmente muitos casos não foram notificados.

Mas há uma doença de tamanha gravidade, tanto quanto a AIDS, que não é encarada pelo Serviço de Saúde Pública, porque ela não traz sobre si a questão do preconceito como traz a AIDS. O preconceito de dizer que o HIV era uma doença causadora e transmitida entre os homossexuais...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Participo a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado.

Concedo-lhe um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. DR. ROSINHA - Obrigado. Uma doença que tem tamanha gravidade, tanto quanto a AIDS, que é a hepatite tipo B. Se hoje temos 50 mil casos de AIDS, a hepatite B são milhares e milhares, ultrapassando já os milhões de casos e mata tanto quanto a AIDS mata. Mas ela não é trabalhada pelo Sistema de Saúde, uma vez que ela não traz o preconceito que a AIDS, no seu início, trouxe e que neste Dia Mundial de Combate a AIDS também deve ser quebrado e rompido esse preconceito e alertada a sociedade também para a hepatite B.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças, com a palavra ao PFL, Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, nobres colegas, quero registrar com satisfação desta tribuna, projeto de desenvolvimento implementado pelo Governo do Estado, com reflexos nos municípios e por extensão, em toda a comunidade paranaense.

(Lê): Refiro-me ao Projeto "O Paraná da Gente - Terra, História, Memória", lançado em junho deste ano, pelo Governo do Paraná, através da Secretaria da Cultura.

Trata-se, Senhor Presidente a Senhores Deputados, de uma iniciativa altamente meritória, pois visa conscientizar a comunidade da necessidade de preservar o patrimônio paranaense como um todo, nele compreendidos patrimônio natural, patrimônio arquitetônico, patrimônio de bens móveis, patrimônio documental e manifestações populares.

Tudo isso, em suma, representa um acervo de cultura, que precisa ser preservado.

Para tanto, há que, inicialmente, se proceder o levantamento dos bens de interesse para preservação do patrimônio histórico, artístico e natural de cada município - conforme proposta do Projeto.

Depois, então, irá se triar e classificar os bens levantados, de acordo com o interesse de preservação e de modo a definir o seu grau de importância para o patrimônio cultural, local, regional ou estadual.

O passo seguinte voltar-se-á para o cadastramento desses bens, de forma a se poder orientar os estudos e o trabalho sistemático de preservação dos mesmos.

Importa, ainda, salientar que o patrimônio natural a ser levantado compreende as quedas d'água, cavernas, vales, canyons, praias fluviais, áreas de pesca, serras, fontes d'água, sítios arqueológicos, etc. Do patrimônio arquitetônico fazem parte as escolas, estações ferroviárias, armazéns, barracões, casas de comércio, igrejas, capelas, edifícios públicos, cinemas, praças, sedes de fazenda, terreiros de café, barbaquãs, engenhos, etc. O levantamento e a preservação devem abranger, também, os chamados bens móveis, isto é, objetos de trabalho, utensílios domésticos, objetos de mobiliário e ambientação de interiores, objetos de vestimenta e cerimonial, meios de transporte e locomoção, obras de arte, etc., que falem de nossas tradições, costumes e usos. Essa preocupação envolve, ainda, o levantamento do patrimônio documental, compreendendo arquivos de prefeituras e câmaras municipais, e a própria Assembleia Legislativa, igrejas, cartórios, coleções particulares de documentos e assim por diante. Também se fará o levantamento das manifestações populares, envolvendo manifestações folclóricas tradicionais, como as "folias de reis", "congadas", "fandangos", além de variações regionais dos folguedos carnavalescos.

Como se pode facilmente compreender, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esse é um projeto da maior significação para a sobrevivência de nossa memória cultural.

É comum nos municípios, a existência de documentos, que acabam se perdendo com o tempo. Em muitos deles, pessoas ainda existem que têm histórias a contar ou que foram parte da própria história desses municípios. Ruínas, construções históricas, praças, enfim, monumentos existem, nos mais diversos pontos do Estado que precisam ser preservados. E que os municípios, em sua maioria, por razões várias, não têm ou não sabem como fazê-lo.

Dai a oportunidade e a grande importância desse projeto, a ser desenvolvido praticamente sem custo para os municípios, razão pela qual é preciso que todos nós

procuremos conscientizar prefeitos, vereadores, entidades, escolas, para a validade da iniciativa e o apoio que merece.

Colegas, a intenção de vir aqui fazer este registro rápido deste projeto lançado pelo Governo do Estado e de pequena repercussão, assim o vejo, lamentavelmente, é pela necessidade desta manifestação nossa ser entendida pelos Parlamentares, para que nas suas regiões, nas suas comunidades, pudessem difundir, procurar disseminar, dar subsídios para que este projeto da nossa cultura, de nossa História, possa ser levado adiante. Um dos fatos mais significativos que vejo neste projeto é que sua execução envolve particularmente os municípios. E todos sabemos que nenhum projeto do Governo do Estado, ou mesmo federal, especialmente federal, não chega aos seus objetivos se não for ao município, lá na comunidade, e conclamar o prefeito, vereadores e lideranças locais para implementação de projetos desta natureza.

Este projeto que apenas teve início, mas que não tem prazo determinado, porque é história de nossa História, espero que futuros governantes não tenham e não determinem nenhum período de interrupção. É preciso, no meu modesto entendimento, que todos nós, prefeitos, autoridades locais, professores e aqueles paranaenses voltados e dedicados à cultura de nosso Estado, possam contribuir, emprestando um pouco do seu tempo, da sua inteligência, para este projeto.

Não tenho nenhuma intenção de fazer aqui um elogio fácil ao Governador Requião que, inclusive, não é do meu partido, tampouco a Secretária Gilda Poli, mas merece o nosso elogio e o nosso aplauso este projeto que vem sendo executado pela Secretaria da Cultura, - repito, estendendo seus braços através de convênios simples, como tenho aqui em mãos, cuja execução também exige limites bem pequenos de alocação de recursos. Portanto, vejo aqui um projeto que nasce não para ficar para daqui a pouco, mas para tanto é preciso que todos nós, e a sociedade paranaense se irmanem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Encerrada a Hora do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso, Plauto Miró Guimarães e Élio Rusch, constante do expediente, comunicando o nome do Sr. De-

putado para assumir a Liderança do P.F.L. nesta Casa de Leis, a partir do dia 01 do corrente mês. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs. 669, 670, 589, 683, 668, 673, 674, 682, 695, 696, 697 e 698/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 669/93. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 669/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 086/93, aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da chefia do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O..

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

##### PROJETO DE LEI N.º 669/93

Inclua-se a onde couber:

Art. - Os recursos de que trata esta lei somente poderão ser aplicados mediante comunicação prévia à Assembléia Legislativa, na qual constará, obrigatoriamente, o montante dos recursos, a entidade e ou pessoas beneficiárias e a justificativa individualizada para a respectiva aplicação.

Parágrafo Único - A comunicação a que se refere o "caput" deste artigo deverá

Curitiba, quarta, em 01.12.93

ser de, no mínimo, quinze dias antes da liberação do recurso, devendo a Mesa da Assembléia dar ciência ao Plenário sobre a comunicação, permitindo a qualquer Deputado o acesso às informações.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(aa) ERNANI PUDELL

Apoio:

Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Emília Belinati, Paulo Maia e Mário Bezerra.

Em discussão o projeto. Encerrada a discussão. O Projeto irá para a CCJ e Comissão de Finanças.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 670/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 080/93, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Quero registrar o voto contrário da Bancada do PT por falta de informações.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 589/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 068/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n.º 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 22.200.000,00 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros reais), conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n.º 139, de 06.10.93 Mens.).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 589/93

P A R E C E R:

Originário da Mensagem Governamental n.º 68/93, o Projeto de Lei n.º 589/93, de autoria do Poder Executivo, ora sendo analisado por este relator, aprova em seu Art. 1º, um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n.º 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil cruzeiros reais).

Em seu Art. 2º, diz que; servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o art. 1º, igual importância, proveniente de excesso de arrecadação do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção-DECOM.

No seu Art. 3º, diz que; em decorrência do contido nos artigos anteriores, fi-

ca alterado o Demonstrativo da Receita.

Da análise proferida, constatou-se que o presente plano de lei, está em perfeita consonância com o disposto nos artigos 133 § 1º e 135 V, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Tais fatos, levam este relator a emitir o seu parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 589/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei é originário do Poder Executivo, através da Mensagem nº 068/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 22.200.000,00 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM.

Ao analisar o referido projeto, a Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente.

No âmbito desta Comissão de Finanças, entendemos não haver nenhum impedimento à sua normal tramitação por esta Casa. Dessa forma, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 683/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 091/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 9.079.560,00 (nove milhões, setenta e nove mil, quinhentos e sessenta cruzeiros reais), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 165, de 26.11.93 Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 683/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo do Estado, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 9.079.560,00 ao vigente orçamento do Ministério Público.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 683/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 091/93, o presente Projeto de Lei tem por finalidade a aprovação da abertura de um crédito suplementar, no valor de Cr\$ 9.079.560,00 (nove milhões, setenta e nove mil e quinhentos e sessenta cruzeiros reais) ao vigente orçamento do Ministério Público visando atender despesas com equipamentos e mobiliários para adequação das Promotorias de Justiça.

Os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

A Comissão de Constituição e Justiça analisando a matéria posicionou-se favoravelmente.

No que compete à Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar regimentalmente a tramitação do referido projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 683/93

P A R E C E R:

A presente iniciativa autoriza o Poder Executivo a aprovar abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 9.079.560,00 (nove milhões setenta e nove mil, quinhentos e sessenta cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Ministério Público.

Ao indicar como recurso para cobertura do referido crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação no próprio Órgão atende às disposições constitucionais e legais, atinentes à matéria orçamentária razão pela qual opinamos por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.11.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 668/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 088/93, que aprova o crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 8.944.615,00 (oito milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quinze cruzeiros reais), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 162, de 17.11.93 - Mens.)



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 668/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 668/93, de autoria do Poder Executivo, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.944.615,00 aos orçamentos da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão e da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, aprovados pela Lei n° 10195 de 15/12/92, conforme específica.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existe óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 668/93

Oriundo da Mensagem Governamental n° 668/93, o presente plano de lei objetiva aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.944.615,00 aos orçamentos da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão e da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, aprovados pela Lei n° 10.195 de 15/12/92, conforme específica.

A matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional e regimental, recebendo desta parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar conforme lhe preceitua o § 3° do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente opinando pela aprovação do presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
JOÃO PREIS - Relator

1. DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 673/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 082/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros reais), conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. (Publ. no D.A. n° 162, de 17.11.93, - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 673/93

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deli-

Curitiba, quarta, em 01.12.93

beração pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 673/93

P A R E C E R:

Oriundo de mensagem do Poder Executivo, o presente projeto de lei visa a aprovação da abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, visando atender despesas com aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Hospital de Clínicas do Norte do Paraná, na Universidade Estadual de Londrina.

Para esse fim, os recursos que cobrirão a programação serão decorrentes de cancelamentos de dotações da Universidade Estadual de Londrina.

A Comissão de Constituição e Justiça, após analisar a matéria emitiu parecer favorável.

No que compete à Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar regimentalmente a tramitação, nesta Casa de Leis, do referido projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI N° 673/93

P A R E C E R:

A presente iniciativa autoriza o Poder Executivo a aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração.

Ao indicar como recurso para cobertura do referido crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação no próprio órgão atende as disposições constitucionais e legais, atinentes à matéria orçamentária, razão pela qual opinamos por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
HEINZ HERWIG - Relator

Aprovado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -  
Gostaria de registrar o nosso voto contrário, porque neste projeto não está



especificada a necessidade da compra de material. Faltam informações em detrimento, em prejuízo de despesas da Universidade Estadual de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado o voto contrário do PT.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 674/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 083/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 1.900.000,00 (hum milhão e novecentos mil cruzeiros reais), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 162, de 17.11.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 674/93

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor Cr\$ 1.900.000,00 (Hum milhão e novecentos mil cruzeiros reais), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e da Faculdade de Artes do Paraná.

Constata-se que a proposta se encontra dentro das regras estabelecidas, em perfeita consonância com os dispostos na Constituição Estadual.

Por tais fatos, emitimos parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 674/93

P A R E C E R:

O Plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 083/93, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor Cr\$ 1.900.000,0 (Hum milhão e novecentos mil cruzeiros reais), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e da Faculdade de Artes do Paraná.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Nestas condições nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
JOÃO PREIS - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 682/93,

de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 090/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil cruzeiros reais). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 165, de 23.11.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 682/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 682/93 de autoria do Poder Executivo aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil cruzeiros reais) ao vigente orçamento próprio da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro visando atender despesas de custeio da própria entidade.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existe, óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 682/93

P A R E C E R:

O presente plano e lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 090/93, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil cruzeiros reais) ao vigente orçamento próprio da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro visando atender despesas de custeio da própria entidade.

Já tendo recebido, o projeto de lei em tela, parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
JOÃO PREIS - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 695/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 093/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros reais), conforme especifica. Com PARECERES FAVO-

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA  
PROJETO DE LEI N° 695/93

P A R E C E R:

Originário da Mensagem Governamental n° 85/93, de autoria do Poder Executivo, na oportunidade sendo analisada por este relator, aprova em seu Art. 1°, um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de novembro de 1992, no valor de Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros reais), conforme anexo I, desta lei.

Diz o mesmo Projeto em seu art. 2°, que tal recurso, servirá para a cobertura ao crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro, apurado no balanço Patrimonial do Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE.

No artigo 3° do mesmo plano de lei, diz que: em decorrência do contido nos artigos desta Lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme anexo II desta Lei.

Como resultado do exame proferido, constatou-se estar o presente, em perfeita consonância com o disposto nos artigos 133 § 1°, e 135 V, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Em consequência ao acima exposto, este relator emite o seu parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSAO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 695/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem n° 093/93, o presente plano de lei objetiva aprovar abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros reais), ao orçamento vigente do Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional e regimental, recebendo desta parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

1.ª DISCUSSAO - Projeto de Lei n° 696/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 095/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros reais) conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 166, de 24.11.93. Mensagem)

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA  
PROJETO DE LEI N° 696/93

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem de n° 95/93, que visa aprovar um crédito suplementar no valor de CR\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros reais), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de dezembro de 1992, visando atender despesas com a manutenção da SEFA.

Servirá como recursos para a cobertura da referida programação, o cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA.

Procedida a análise da matéria, o presente projeto preenche os requisitos necessários para o devido processo legislativo, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSAO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 696/93

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo - Mensagem n° 95/93, o projeto de lei apresentado, objetiva aprovar um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria da Fazenda.

Analisada a proposta pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável. Esta Comissão no que diz respeito ao mérito da proposta apresentada, não encontrou óbices à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável à aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

1.ª DISCUSSAO - Projeto de Lei n° 697/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 096/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pe-

la Lei nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 39.907.646,00 (trinta e nove milhões, novecentos e sete mil, seiscentos e quarenta e seis cruzeiros reais), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 166, de 24.11.93/Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 697/93

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem nº 96/93, propõe a matéria em tela autorização para abertura de crédito suplementar, no valor de CR\$ 39.907.646,00 ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Maringá e à Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, utilizando-se, para cobertura, de cancelamento de dotações de outras rubricas, na mesma unidade.

Analisando-se a matéria sob os aspectos a que esta Comissão é chamada a opinar, não encontramos óbices quanto à sua constitucionalidade, razão pela qual somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.93

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 697/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 096/93, que aprova um crédito suplementar ao orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual 10.195, de 15.12.92, no valor de CR\$ 39.907.646,00 (trinta e nove milhões, novecentos e sete mil, seiscentos e quarenta e seis cruzeiros reais), ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Maringá e da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, entendemos não haver nenhum impedimento para a sua normal tramitação por esta Casa. Dessa forma, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO PREIS - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 698/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 097/93, que aprova Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 410.335.286,00 (quatrocentos e dez milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e oitenta e

seis cruzeiros reais), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 166, de 24.11.93/Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 698/93

Propôs o autor, através da Mensagem nº 97/93, uma abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 410.335.286,00 (quatrocentos e dez milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

Segundo o art. 2º do projeto, a importância será proveniente de cancelamento de dotação, conforme anexos II e VI inclusos, estando portanto, em consonância com o art. 135, V, da Constituição Estadual.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 698/93

P A R E C E R:

Proposta apresentada pelo Poder Executivo, Mensagem nº 97/93 tem por objetivo aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 410.235.286,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

Em análise ao mérito da medida, esta comissão não encontrou nenhum impedimento à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Isto posto, após o exame constitucional, legal e regimental pela douta Comissão de Constituição e Justiça, nosso parecer é favorável à aprovação desta proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

Passaremos o restante da matéria.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 039/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que fica o Poder Executivo Estadual, autorizando a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização de pedra-brita e areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Emendas de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado neste turno o Projeto e a Emenda

nº 01 de Plenário e por Apreciar a Emenda Substitutiva nº 02.

Em votação a Emenda Substitutiva nº 02.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. TOTI COLAÇO - (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me que o Deputado Ovídio Constantino quer usar a palavra, Pela Ordem. Talvez ele já possa até esclarecer melhor tendo em vista que a lei que criaria o Fundo Estadual de Moradia Popular não foi aprovada pelo Plenário desta Casa e então parece-me que foi prejudicada a Emenda dos Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Justamente, Sr. Presidente, nós queremos antecipadamente retirar a Emenda nº 02 que é de autoria da Bancada do PT porque ela se tornou inócua em função de que vinculávamos este projeto ao Fundo Estadual de Moradias Popular, e este projeto foi vetado pelo Senhor Governador e mantido o veto nesta Casa. Portanto a Emenda se torna inócua e por isto nós retiramos a mesma e registramos o voto contrário ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está deferida a solicitação de V.Ex.<sup>a</sup>. O Projeto vai a 3.<sup>a</sup> discussão em função da Emenda nº 1 de Plenário.

#### VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 616/93, de autoria do Tribunal de Justiça, que reajusta a partir de 1º de outubro de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F.. Emenda de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 616/93

##### P A R E C E R:

A Emenda Modificativa nº 01, ao Projeto de lei nº 646/93, tem por finalidade instituir um abono mensal aos servidores do Poder Judiciário, no valor de Cr\$ 6.081,76, aos ocupantes de cargos níveis 08, 09, 10, 11, e 12, tabela do anexo I, a partir de 1º de outubro de 1993.

Da análise à referida emenda, não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93

Curitiba, quarta, em 01.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Apoiamento: Nelson Garcia, Djalma de Almeida César, Toti Colaço, Oswaldo Trevisan, Dalton Machuca, Emilia Belinati, Alceu Swarowski, Colombino Grassano, Costenaro Neto e Ernani Pudell.

Em votação.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Solicitaria informações de V.Ex.<sup>a</sup>, se essa emenda de Plenário foi o projeto apresentado ontem por ocasião da discussão de uma mensagem do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Vamos colocar inicialmente o projeto em votação e posteriormente a emenda.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - A C.C.J., se foi emenda de ontem, não teve tempo hábil para apreciá-la.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Deputado, isso é referente ao mês de outubro.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Não foi emenda do Deputado Renato Adur apresentada ontem? Mensagem do Poder Judiciário?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Essa emenda do Deputado Renato Adur foi apresentada no dia 28 de outubro. É o Projeto de Lei nº 616/93. Não referente a esse projeto.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Na Sessão de ontem, Senhor Presidente, foi apresentada uma emenda do Deputado Adur excluindo o Artigo 4º, talvez um parágrafo de uma mensagem do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Aquele projeto foi encaminhado à CCJ novamente.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda: **Aprovado.**

Em votação a emenda do Deputado Renato Adur.

O Artigo 3º do referido projeto passa a ter a seguinte redação: (Lê):

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

O projeto irá a 3.<sup>a</sup> votação.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 648/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Educadora e Formativa das Irmãs Franciscanas Missionárias de Cristo, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

656/93, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Ebenezer, com sede e foro na Cidade de União da Vitória. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 657/93, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social o Bom Samaritano, com sede e foro na Cidade de Guaíra. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 658/93, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública a Associação Betel Serviço Social da Igreja Evangélica Assembléia de Deus. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 659/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de São João. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 661/93, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Pastor, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 665/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, que autoriza o Poder Executivo a denominar Rodovia Henrique Herwig o trecho rodoviário que liga Curitiba a Garuva. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. HEINZ HERWIG (Pela Ordem) - Gostaria de deixar aqui, de público, o meu agradecimento a todos os Deputados que aprovaram esta lei que denomina a Rodovia de Curitiba a Garuva, uma homenagem que o governador Roberto Requião prestou ao meu pai. Gostaria de deixar aqui o meu agradecimento a todos os Deputados, ao governador Roberto Requião que propôs, através do Deputado Djalma de Almeida César.

Obrigado Djalma e a todos que, através dessa lei, puderam homenagear o meu pai que faleceu através de um acidente nesta estrada. Sei que muitas pessoas também teriam direito a ter o nome nessa rodovia. Milhares de pessoas já faleceram nessa estrada.

Tenho certeza que no próximo ano,

quando esta obra estiver concluída, nós teremos então uma obra importante que, seguramente, vai salvar muitas vidas.

Obrigado a todos.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 676/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Estadual o S.O.S. - Serviço de Obras Sociais, com sede e foro no Município de Prudentópolis - Pr.. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 084/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo Estadual, a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito Estadual, o sistema "Casa Rural". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O., C.O.P.T.C. e C.A.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 29 de 07.04.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 084/92

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar propõe projeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo Estadual a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o Sistema Casa Rural.

Na sessão desta Comissão, no dia 06 de outubro de 1992, esta relatora requereu que o presente fosse convertido em diligência junto à Secretaria Especial da Política Habitacional. Recebemos, na presente data, resposta do Sr. Secretário manifestando apoio à pretensão.

Procedida a análise da matéria, a presente proposição cumpre as normas constitucionais, legais e regimentais a ela relativas. Isto posto, opinamos pela procedência do Projeto.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 084/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo Estadual, a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o sistema "Casa Rural".

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito da Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.07.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 084/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Toti Colaço, autoriza o Poder Executivo Estadual a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o sistema "CASA RURAL".

A iniciativa atende às disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, inexistindo desta feita qualquer óbice à aprovação da matéria.

Ante o exposto somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.07.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
HEINZ HERWIG - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 084/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Estadual a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o sistema "Casa Rural".

A proposição já foi devidamente analisada pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Comissão de Orçamento, que através de seus respectivos relatores, ofereceram parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações não há nada que obste a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
JOSÉ ALVES - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 084/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o Sistema "Casa Rural".

A proposição já foi devidamente analisada pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças, Comissão de Orçamento e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que através de seus respectivos relatores ofereceram parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio não há óbice que impeça a normal tramitação do referido

Curitiba, quarta, em 01.12.93

projeto de lei neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.93.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/93, de autoria do Deputado Nelson Justus. Autoriza o Poder Executivo a alterar a redação do parágrafo 2º, do Artigo 12 do inciso V, do Artigo 23, ambos da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e E.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 88, de 30.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 324/93

P A R E C E R:

Trata-se de proposição visando alterar a redação do parágrafo 2º, do art. 12 e do inciso V, do art. 23, ambos da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná).

O projeto obedece as prescrições regimentais e não possui laivo algum de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Somos de parecer favorável à sua apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 324/93

P A R E C E R:

Trata-se de proposição visando alterar a redação do parágrafo 2º, do artigo 12 e do inciso V, do art. 23, ambos da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná).

Por tratar-se de matéria de relevante importância, e simplesmente de cunho autorizatório, o nosso parecer é favorável ao trâmite desta proposição.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/93, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 7.047/78, para aumentar o efetivo da Polícia Militar do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 88, de 30.06.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 327/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Nelson Justus, objetiva autorizar o Poder Executivo a alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 7.047/78, para aumentar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em tela, ressaltando-se o seu caráter autorizatório, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação da matéria, estando a mesma apta para merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 327/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nelson Justus, tem por objetivo o ora mencionado projeto de lei autorizar o Poder Executivo a alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 7.047/78, para aumentar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça analisando a matéria posicionou-se favoravelmente.

No que compete à Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar regimentalmente a tramitação do referido projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente e Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 327/93

P A R E C E R:

A Comissão de Segurança Pública, dá seu parecer favorável ao Projeto de Lei nº 327/93, que tem por objetivo aumentar o contingente efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. A medida é justa e de fundamental importância e nada impede a sua tramitação normal nesta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que institui o Dia Estadual do Técnico Industrial de Nível Médio, no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 122,

de 13.09.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 481/93

P A R E C E R:

O nobre parlamentar propõe projeto de lei, que institui o Dia do Técnico Industrial de Nível Médio, no Estado do Paraná.

Procedida a análise da matéria, a presente proposição encontra-se de acordo com as normas a ela relativas.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
EMILIA BELINATI - Relatora

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Bela Vista do Paraíso. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 139, de 06.10.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 591/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Domingos Carvalho, o Projeto de Lei nº 591/93, tem a finalidade de autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Bela Vista do Paraíso - PR.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos óbices de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 591/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Domingos Carvalho, o Projeto de Lei nº 591/93, visa autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Bela Vista do Paraíso - PR.

Tratando-se de um projeto meramente autorizatório, nada impede a sua normal tramitação por este Poder Legislativo.

Assim sendo, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada tem a opor, e dá seu parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
JOSÉ ALVES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 591/93

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe, originária do parlamentar Domingos Carvalho, objetiva autorizar o Poder Executivo à instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Bela Vista do Paraíso - PR.

De acordo com a competência atribuída a esta Comissão pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, em seu art. 33, § 9º, e considerando a necessidade de expansão de delegacias femininas em nosso Estado, a fim de fazer frente à violência contra a mulher, manifestamo-nos favoravelmente ao presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.93.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente  
DOUTOR ROSINHA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Castro-PR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e S.P.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 139, de 06.10.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 592/93

P A R E C E R:

O nobre parlamentar propõe projeto de Lei, que visa autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Castro, neste Estado.

Procedida a análise da matéria, a presente proposição encontra-se de acordo com as normas a ela relativas.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 19.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 592/93

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei nº 592/93, de autoria do nobre Deputado Domingos Carvalho, com a finalidade de autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Castro-PR.

Entendemos tratar-se de uma proposta voltada ao interesse social, ressaltando a preocupação com a segurança e bem-estar do Município.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se pela aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar, vem seguir o entendimento da Comissão supracitada, mani-

Curitiba, quarta, em 01.12.93

festando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
JOSÉ ALVES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 592/93

P A R E C E R:

A instalação de uma Delegacia da Mulher, no Município de Castro-Pr, é a pretensão do nobre Deputado Domingos Carvalho, através da proposição supra.

Sob análise de mérito, concernente à segurança, opinamos pela sua aprovação, já que o Paraná se ressentia de órgãos especializados para atender à população feminina.

Ante ao exposto, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.11.93.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente  
DOUTOR ROSINHA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 597/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Santa Fé, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 140, de 07.10.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 597/93

P A R E C E R:

O projeto em tela, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, visa autorizar o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Santa Fé, conforme específica.

Em análise do referido projeto, em razão de não haver nenhum óbice de caráter legal, regimental ou constitucional, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 597/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Santa Fé, conforme específica.

A matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator ofereceu parecer favorável.



Chamada a opinar, esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontrou qualquer óbice que impeça a tramitação dos projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.93.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 629/93, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, que estabelece a obrigatoriedade dos Hospitais, no Estado do Paraná de realizarem o Curso de Noções Básicas de Puericultura. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 147, de 25.10.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 629/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Heinz Georg Herwig o Projeto de Lei n° 629/93, estabelece a obrigatoriedade dos hospitais, no Estado do Paraná, de realizarem o Curso de Noções Básicas de Puericultura.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI N° 629/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, o Projeto de Lei n° 629/93, tem por finalidade estabelecer a obrigatoriedade dos Hospitais no Estado do Paraná de realizarem o Curso de Puericultura.

Da análise do referido projeto, por ser o mesmo de grande valor social, esta Comissão de Saúde Pública, opina favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.93

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 645/93, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado ao município de Cafezal do Sul, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 155, de 08.11.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 645/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nelson Garcia, o Projeto de Lei n° 645/93, visa autorizar o Poder Executivo, doar ao Município de Cafezal do Sul, a área de terras de 9.216,00 metros quadrados, referente à quadra 07 (sete) composta pelas datas n° 01 a 18, subdivisão dos lotes n°s 06 a 08, 15 a 17, 21 a 24, 30 e 32 a 35, Gleba n° 3, Nucleo São João, situados na sede do mesmo município de Cafezal do Sul pertencentes ao Governo do Estado, onde esta localizada a Escola Municipalizada Souza Naves, ensino Regular de 1° grau.

Do ponto de vista regimental e constitucional, nada impede a sua normal tramitação, visto que o município hoje arca com todas as despesas para manutenção da escola, e nada mais justo que o Estado faça a referida doação ao município para que não haja problemas no futuro.

Desta forma, o nosso parecer é favorável, estando o referido Projeto de Lei, em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO

##### E COLONIZAÇÃO

##### PROJETO DE LEI N° 645/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nelson Garcia, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado ao Município de Cafezal do Sul, conforme específica.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através do seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.93

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a mesa, requerimento n° 4769, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4750, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4751 a 4761 e 4764 a 4768, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprova-**

dos. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4772 e 4773, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4774, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4776 a 4779, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4782, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 4653, 4672, 4673, 4676 a 4679, 4681, 4682, e 4684 a 4692, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Prejudicados.**

Requerimentos n°s 4770 e 4771, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Sr. Presidente, só para poder deixar registrado nos Anais da Casa que hoje pela manhã, às 9:30, tivemos uma reunião do Bloco Municipalista com a presença dos Deputados Duílio Genari, Élio Rusch, Ovídio Constantino e Ademar Traiano; também a presença dos prefeitos da ANSOPI, Renato

Curitiba, quarta, em 01.12.93

Conon de São João; Antonio Bonete, de Enéas Marques; Rui Luivini, de Ampére e Dáluo Kuerich, de Salto do Lontra.

O assunto foi de extrema importância. Eles nos trouxeram uma proposta para a revisão constitucional, proposta para distribuição do ICMS e também proposta para ser alterada a Lei Ecológica, Lei Deputado Neivo Beraldin.

Apenas para deixar registrado nos Anais da Casa esta reunião que aconteceu hoje pela manhã.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrado, Senhor Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO:

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 570/93
- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 039/93, 616/93
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 084/92, 324, 327, 481, 589, 591, 592, 597, 629, 645, 668, 673, 674, 682, 683, 695, 696, 697 e 698/93.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 493, 599, 640, 655 e 667/93.

Levanta-se a sessão.